

40 anos: o que a Psicologia tem produzido enquanto ciência e profissão?

Neuza Maria de Fátima Guareschi¹

Giovana Barbieri Galeano¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho²

²Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo: Este artigo, por ocasião do 40º aniversário da revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, visa apresentar e discutir as mudanças políticas e sociais brasileiras que exigiram alterações na produção de conhecimento e práticas em Psicologia. A revista publica, agora na modalidade fluxo contínuo, textos originais de relevância científica e social, sob uma perspectiva crítica em relação aos processos políticos da ciência e da profissão e aos direitos humanos. Constitui-se, portanto, como periódico que abrange todas as áreas da Psicologia, que envolvem desde o desenvolvimento de conceitos até a prática profissional. Foram realizadas pesquisa, leitura e análise de 866 artigos, publicados de 2005 a 2018, e organizados em 19 categorias. A tendência das publicações permite visualizar não só diversidades nas identidades culturais e sociais, mas também apresenta o movimento da produção do conhecimento da Psicologia por meio da abertura, da expansão e da criação de formas de vida.

Palavras-chave: Psicologia, Ciência e Profissão, Produção de Conhecimentos e Práticas.

40 Years: What Has Psychology Been Producing as a Science and Profession?

Abstract: This article, on the occasion of the 40th anniversary of the journal *Psicologia: Ciência e Profissão*, aims to present and discuss the Brazilian political and social changes that demanded shifts in the production of knowledge and practices in psychology. The journal publishes, now in rolling publishing mode, original texts of scientific and social relevance, from a critical perspective regarding the political processes of science and profession and human rights. Therefore, it is constituted as a journal that covers all areas of Psychology, since it considers that these are involved with professional practice, from the development of concepts to professional practices. A survey, reading and analysis of 866 articles, published from 2005 to 2018, was carried out and organized into 19 categories. The tendency of the publications makes it possible to visualize not only the diversities in cultural and social identities but also presents the movement of the production of knowledge of psychology through the opening, expansion, and creation of ways of life.

Keywords: Psychology, Science and Profession, Production of Knowledge and Practices.

40 años: ¿Qué Ha Producido la Psicología como Ciencia y Profesión?

Resumen: Este artículo, para celebrar el 40º aniversario de la revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, tiene por objeto presentar y debatir los cambios políticos y sociales brasileños que exigieron cambios en la producción de conocimientos y prácticas en la psicología. La revista publica, ahora en un modo de flujo continuo, textos originales de relevancia científica y social, bajo una perspectiva crítica en relación con los procesos políticos de la ciencia y la profesión y los derechos humanos. Por lo tanto, se constituye como una revista que abarca todas las áreas de la psicología, ya que considera que están involucradas desde el desarrollo de los conceptos hasta la práctica profesional. Se llevó a cabo una investigación, lectura y análisis de 866 artículos, publicados de 2005 a 2018, que se organizaron en 19 categorías. La tendencia de las publicaciones permite visualizar no sólo las diversidades en las identidades culturales y sociales, sino que también presenta el movimiento de la producción de conocimiento de la psicología a través de la apertura, expansión y creación de formas de vida.

Palabras clave: Psicología, Ciencia y Profesión, Producción de Conocimientos y Prácticas.

Introdução

Este artigo emerge por ocasião da comemoração dos 40 anos da revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, criada e publicada pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP, desde 1979, em celebração do centenário da fundação do laboratório de Psicologia de Wundt. Em 2005, em razão dos 25 anos da revista, Regina Helena de Freitas Campos e Lúcia Helena Garcia Bernardes (2005) publicaram um registro da história ainda breve da Psicologia brasileira documentada no periódico. O foco era discutir como a revista vinha se estruturando desde sua criação, com ênfase em como a Psicologia foi sendo organizada na sociedade brasileira, a partir do diálogo entre os campos de atuação profissional já existentes e sua expansão em termos de abrangência e criação.

Psicologia: Ciência e Profissão publica trimestralmente textos originais de relevância científica e social para a produção de conhecimento em Psicologia, partindo de uma perspectiva crítica e em consonância com os processos políticos da profissão e os direitos humanos. Assim, constitui-se como um periódico generalista, isto é, abrange todas as áreas da Psicologia, desde o desenvolvimento de conceitos até práticas profissionais.

Nesta escrita, o foco são as modificações em termos político-sociais que demandaram deslocamentos na produção de conhecimento e práticas em Psicologia, a partir da análise de publicações

realizadas entre 2005 e 2018. Os procedimentos realizados foram o levantamento de artigos publicados no período, seguido da leitura dos resumos e palavras-chave e da categorização pelas temáticas apresentadas nos próprios trabalhos. Cabe ressaltar que, em alguns casos, o artigo como um todo demandou ser lido, uma vez que se encaixava, simultaneamente, em mais de uma temática. Nesses casos, optou-se por priorizar uma temática central, com base no período histórico correspondente à análise produzida pelos autores.

Foram analisados 866 artigos, divididos em 19 temáticas: Teórico/Conceitual, Formação/Atuação profissional, Saúde mental, Organizacional e trabalho, Gênero/Sexualidade/Violência, Avaliação psicológica, Infância/juventude, Políticas públicas/Direitos, Educação/Escolar, Desenvolvimento, Método/Ética, Álcool e outras drogas, Deficiência/Inclusão, Encarceramento/Violência, Cidade/Subjetividade, Questões étnico-raciais, História da Psicologia, Mobilidade urbana e Hospitalar.

Os dados referentes às quantidades de artigos publicados em cada temática foram organizados, primeiramente, de acordo com o total de artigos por número publicado, exceto números temáticos/especiais (1, 2, 3 e 4). Posteriormente, considerou-se o total por ano. Por fim, elaborou-se uma quantificação geral do período, dados com os quais se realizou a discussão neste texto.

Dada que a missão principal da revista é contribuir para a formação profissional do psicólogo brasileiro, bem como socializar o conhecimento advindo de pesquisas e experiências profissionais, decidiu-se organizar este texto do seguinte modo: serão abordados, primeiramente, os núcleos Teórico/Conceitual e Formação/Atuação profissional, devido a modificações históricas, políticas e econômicas que produziram efeitos no conjunto das instituições legais e acadêmico-científicas. Entre tais causas estão o crescimento significativo de cursos de pós-graduação em Psicologia no período, bem como a mudança das diretrizes curriculares nos cursos de formação, que trouxe alterações importantes na estrutura, como a criação de ênfases (Resolução MEC nº 5, 2011).

As outras temáticas são discutidas em termos de inserção da Psicologia enquanto ciência e profissão e emergência de campos problemáticos da sociedade brasileira. Cabe destacar que tais campos têm sido constituídos pela intersecção de práticas de normalização estatais e movimentos de resistência no âmbito da produção de conhecimento e das práticas profissionais, não apenas localizadas na Psicologia enquanto campo disciplinar, mas, também, das demais áreas da saúde e assistência social.

Núcleos Teórico/Conceitual e Formação/Atuação profissional

Esta primeira discussão é iniciada com os núcleos Teórico/Conceitual e Formação/Atuação profissional. A razão pela qual se optou por partir desses núcleos se atrela a modificações históricas, políticas e econômicas que produziram efeitos no conjunto das instituições legais e acadêmico-científicas. A Psicologia tem sido demandada para solucionar questões que se tornaram problemáticas no âmbito político-social, isto é, demanda-se desse saber/profissão uma ação resolutiva nos campos da saúde, da segurança, da educação, do trabalho, entre outros. Assim, o movimento de produção de objetos de conhecimento por parte dessa ciência é realizado a partir das demandas que recebe. Entre as modificações em termos históricos, políticos e econômicos, pode-se situar o crescimento significativo de cursos de pós-graduação em Psicologia no período, chegando a aproximadamente 100 programas no ano de 2020.

Especificamente sobre a relação entre a profusão de cursos de pós-graduação e a produção de conhecimento, dos 866 artigos publicados, 169 foram

classificados como Teórico/Conceituais. É importante analisar que artigos dessa ordem dizem respeito ao avanço em termos epistemológicos, especialmente no que concerne a rupturas com lógicas descontextualizadas em termos de espacialidade e temporalidade. No entanto, a maioria dos artigos publicados neste núcleo constitui-se como revisões bibliográficas, estudos da arte e exploração de base de dados sobre um conceito ou abordagem advindo de projetos, dissertações e teses, que se limitam a um levantamento de informações sem a realização de análises ou discussões que provocam deslocamentos das problemáticas.

A quantidade de artigos Teórico/Conceituais pode ser explicada pela profusão, como dito anteriormente, de programas de pós-graduação, especialmente a partir de 2005, que se atrelam ao apelo por produção científica em termos quantitativos, visto que isso qualifica a manutenção dos programas nas avaliações realizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ademais, a produção científica é critério, ainda em termos quantitativos, para avaliação de concessão de financiamento de pesquisa (bolsas e recursos). O indexador SciELO não considera esses artigos como originais em sua avaliação de periódicos científicos.

Por sua vez, o núcleo Formação/Atuação profissional teve 133 artigos publicados. Esse volume justifica-se pela própria missão da revista, uma vez que é um periódico do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que se ocupa tanto da formação vinculada à futura prática profissional quando tem uma função própria do Conselho, qual seja, o acompanhamento e a compreensão das práticas e estratégias que formam os profissionais.

No que se relaciona à prática, cabe destacar que os artigos dos primeiros anos tinham como foco uma preocupação com quais atividades seriam concernentes ao psicólogo, especialmente no campo das políticas públicas que começavam a se constituir enquanto emergentes e demandantes de profissionais. Posteriormente, as produções se deslocam para uma problematização ética e política das práticas – não mais a pergunta “o que faz o/a psicólogo/a?”, mas “como pensar as práticas”, especialmente no que diz respeito a uma postura não normalizadora das condutas e com vistas a acesso e garantia de direitos.

As produções vinculadas a formação e prática, portanto, dão visibilidade a um duplo movimento: flexibilização das fronteiras disciplinares, em razão

da tendência ao estabelecimento de lutas coletivas que transversalizam as diversas áreas científicas e profissionais, particularmente no campo das políticas públicas; e, ainda, uma maior aproximação entre a atuação profissional nos campos de trabalho e as instituições acadêmicas, efeito da entrada e continuidade da formação desses profissionais em programas de pós-graduação.

Já no que diz respeito às publicações sobre Avaliação psicológica, há um movimento diferente. Do total de artigos publicados, 61 se direcionavam a abordar essa temática, embora, cabe dizer, a avaliação psicológica tenha sido elemento secundário vinculado aos temas de Desenvolvimento, infância e juventude e Educação/escolar, discutidos mais adiante neste texto. Os artigos que foram considerados neste núcleo tinham como foco a avaliação psicológica como processo e, principalmente, a validação de instrumentos de testagem/avaliação (Souza Filho, Belo, & Gouveia, 2006; Noronha & Fernandes, 2007; Pimentel & Donnelly, 2008).

Por ter se constituído, historicamente, como área central e por seu caráter específico e tradicional no campo da Psicologia, há um período inicial, em que a frequência das publicações neste núcleo esteve ausente, anos de 2005, 2006 e 2007; posteriormente, houve aumento, que se manteve sem grande oscilação, entre 2008 e 2016; no entanto, a partir de 2017, a frequência diminuiu. Uma das explicações para esse movimento se atrela ao fato de que revistas especializadas em avaliação e com maior destaque na área são criadas, de modo que as submissões passam a ser direcionadas para esses outros periódicos.

As publicações referentes ao núcleo Educação/Escolar apresentaram pouca expressão durante o período analisado: somente 35. Ademais, algumas das publicações que envolviam discussões acerca dessas duas temáticas estavam, também, relacionadas ao núcleo Desenvolvimento, que apresentou 23 artigos publicados de 2005 a 2018. Os principais assuntos tratados nos textos sobre Educação/Escolar envolviam questões sociais e queixas escolares (Souza, 2006), a relação entre Psicologia e educação moral (Sampaio, 2007), além de textos atrelados a práticas educativas orientadas por psicólogos junto a questões vinculadas ao desenvolvimento, tais como habilidades sociais e inclusão (Bolsoni-Silva, Salina-Brandão, Versuti-Stoque, & Rosin-Pinola, 2008; Silva & Leme, 2009).

Os artigos vinculados ao núcleo Álcool e outras drogas corresponderam a 18 do total de publicações realizadas. Embora não seja uma quantidade expressiva diante dos outros núcleos, são publicações diretamente relacionadas a modificações em termos de políticas sobre drogas realizadas no país, especialmente no que concerne à instituição do Sistema Nacional de Política Pública sobre Drogas – Sisnad (Lei nº 11.343, 2006).

As questões mais frequentes nesses textos diziam respeito a religiosidade e problemas com álcool (Xavier, 2005), à gestão dos ilegalismos, práticas disciplinares e uso de drogas (Cheibub, 2006), além da relação entre consumismo, uso de drogas e criminalidade (Conte, Oliveira, Henn, & Wolff, 2007). Ademais, novos elementos passam a se atrelar à questão da droga como a mídia e o crack (Romanini & Roso, 2012) e as populações indígenas e a relação com o álcool (Maciel, Oliveira, & Melo, 2012). Outras temáticas atreladas ao núcleo Álcool e drogas tiveram mais ênfase, tais como a juventude e as políticas de saúde, que sempre tiveram como foco a eliminação da causa do uso da droga e a questão da redução de danos (Lopes, Peuker & Bizarro, 2013), embate que se faz presente até hoje entre a criminalização do uso de drogas e a questão do uso, em especial no que refere à seletividade penal (Decreto nº 9.761, 2019).

O núcleo Saúde mental abrange 93 do total de 866 publicações. As produções tinham como destaque discussões sobre a doença, políticas públicas e saúde coletiva, entretanto, apresenta-se outra modificação nas discussões, deslocando-se para a problematização sobre a integralidade, a atenção biopsicossocial, qualidade de vida e acesso a possibilidades de vida. Ademais, a problemática dos direitos humanos embasa as preocupações no âmbito da saúde mental atreladas a políticas públicas, fundamentalmente no que se refere a acesso e garantia de direitos e cidadania.

As análises apresentadas pelos autores se direcionavam tanto a problematizar as mudanças em termos de política de saúde mental quanto às relações contemporâneas entre saúde, processos de adoecimento e questões sociais. É importante ressaltar que, no campo das lutas políticas vinculadas a esse núcleo temático, houve enfrentamentos que se produziram pelo Movimento da Reforma Sanitária, bem como a realização, em 1986, da VIII Conferência Nacional de Saúde, na qual se estabeleceram novas diretrizes para

a reorganização do sistema de saúde no Brasil. O objetivo principal era a garantia constitucional do direito à saúde, “o reconhecimento dos determinantes históricos e sociais no processo saúde-doença, a constituição de um campo de saber interdisciplinar que respeite a pluralidade da existência humana e a efetivação dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)” (Ferrazza, 2016, p. 17-18).

Cabe indicar, também, os deslocamentos realizados pelo Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira no que diz respeito à estrutura de aprisionamento manicomial, muito embora, ainda no presente, haja uma série de problemas relacionados à não implementação integral da Reforma, bem como à persistência de modelos manicomiais mesmo em meio aos serviços substitutivos, fatos visibilizados, por exemplo, na Nota Técnica (NT) nº 11 (2019) que presta esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas.

As publicações realizadas na revista apresentaram diversas vinculações, dentre as quais aquelas referentes a serviços substitutivos (Prazeres & Miranda, 2005), sofrimento psíquico e reforma psiquiátrica (Vieira Filho, 2005) e relação entre trabalho e transtornos mentais (Zambroni-de-Souza, 2006; Moraes & Castro-Silva, 2016). Ademais, também estão presentes trabalhos sobre acompanhamento terapêutico (Engel, Ghazzi, & Silva, 2013) e problematizações sobre os processos de medicalização da vida (Decotelli, Bohrer, & Bicalho, 2013). Destacam-se, ainda, artigos que apresentam intersecções entre saberes/disciplinas científicas, tais como Direito e Psicologia (Carvalho & Perucchi, 2016), e discussões sobre infância e família no campo da saúde mental (Luckow & Cordeiro, 2017).

O núcleo Organizacional e Trabalho englobou 80 do total de publicações no período. É importante destacar que a Psicologia, no Brasil, tem início com a atividade de psicometrista na indústria, antes mesmo da profissão de psicólogo ter sido regulamentada e antes, também, de qualquer curso de graduação em Psicologia ser devidamente instituído.

A área de Psicologia Organizacional e Trabalho tem sido, assim, de bastante destaque em termos de campo de inserção profissional e com grande investimento na graduação, no que concerne a estágios e, mais recentemente, cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mas principalmente *lato sensu*, em especial no que se refere ao

fortalecimento da produção de conhecimento e à capacitação para formação nessa área.

Durante a análise dos artigos publicados, foi possível visualizar uma mudança no foco das produções de conhecimento na área. Os primeiros artigos voltavam-se a estrutura, processos e valores organizacionais (Bastos, Moraes, Santos, & Faria, 2005), e, posteriormente, passa-se à preocupação com escolha profissional (Dias & Soares, 2007), trabalho e trabalhador (Tubino, Pedruzzi-Reis & Silva, 2009), com foco na questão do adoecimento do trabalhador na relação com o trabalho (Gondim & Borges-Andrade, 2009) e desemprego (Wickert, 2006). Além disso, emerge a temática da inclusão da pessoa com deficiência (Carvalho-Freitas & Marques, 2009) no universo do trabalho. Portanto, a mudança no foco das produções seguiu o seguinte movimento: processos organizacionais, análise da relação entre saúde e trabalho (Rabelo & Torres, 2005), além da preocupação com relação à inclusão da pessoa com deficiência no trabalho.

O núcleo Infância/Juventude correspondeu a 57 dos 866 artigos publicados. Essa quantidade pouco expressiva diante de uma categoria analítica que tem sido produzida como objeto de saber de diversas disciplinas científicas e, em especial, pela Psicologia, pode ser explicada pelo enfoque dos artigos, que, muito embora tratassem da população infantil e jovem, tinham como mote a discussão de questões vinculadas a desenvolvimento, avaliação psicológica, inclusão e, também, vinculação com o uso de substâncias psicoativas (drogas e medicalização da vida no núcleo Saúde mental), bem como o encarceramento da população jovem – temática que será discutida mais adiante.

Cabe mencionar que a partir dos anos 1990, com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, 1990) e com a criação de políticas públicas de saúde, assistência social e de socioeducação, não apenas infância e juventude tornaram-se elementos de produção de conhecimento, mas, também, o campo de políticas públicas, que emerge como espaço que passa a atender essas populações. Ademais, é importante ressaltar o estatuto jurídico atrelado a esses sujeitos, uma vez que, anteriormente ao ECA, as ações direcionadas a essas populações eram de caráter assistencialista, caritativo – por parte de instituições, em sua maioria, religiosas – e repressivo por parte do Estado.

As publicações realizadas neste núcleo abordaram temas como juventude e conduta desviante e conflito com a lei (Azevedo, Amorim, & Alberto, 2017; Formiga, 2005), juventude e narrativa (Bremm & Bisol, 2008), vínculo e afetividade (Oliveira & Próchno, 2010), violência e vulnerabilidade social (Wendt, Dullius, & Dell'Aglío, 2017; Silva & Ristum, 2010), juventude e trabalho (Maia & Mancebo, 2010) e relação entre direito, infância e juventude (Alves & Siqueira, 2013; Coimbra, 2014; Santos & Coimbra, 2017).

O núcleo Gênero/Sexualidade/Violência apresentou 68 artigos publicados. Essa produção emerge a partir do advento de políticas públicas, especialmente na área da saúde, em 2000, e de assistência social, em 2006, abordando temas como relação e identidade de gênero (Almeida, Lima, Albuquerque, & Nunes, 2005; Jablonski, 2010), maternidade, saúde e mulher (Witter & Guimarães, 2008; Melo, Arruda, Alencar, & Colaço, 2010), violência sexual, doméstica e de gênero (Almeida, 2006; Searanto, Biazevie & Michel-Crosato, 2007) e sistema de justiça (Guedes, 2006).

O número neste núcleo pode não ser tão significativo quanto os de outros, no entanto, é explicado por haver periódicos especializados na área de gênero e revistas de Psicologia Social e, também, assistência, para o qual produções vinculadas a políticas públicas, violência e gênero têm sido direcionadas.

Uma questão bastante evidente nas publicações é a preponderância de artigos que abordam as relações de gênero juntamente com diversos tipos de violência – sexual e doméstica –, o que está relacionado, também, com a operacionalização da lei Maria da Penha (Lei 11.340, 2006), acontecimento que deu condições para que estabelecimentos de políticas públicas e, portanto, os profissionais que trabalham nesses locais – com proteção especial nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) – abordassem, produzissem práticas, discutissem e, também, veiculassem essas discussões em forma de artigos/trabalhos acadêmicos advindos de pesquisas ou experiências profissionais.

O núcleo Questões étnico-raciais apresentou 7 artigos no período. O número inexpressivo de discussões nessa categoria se deve ao fato de que os demais artigos que apresentavam a população negra como participantes dos estudos indicavam como foco os processos de violência e encarceramento, motivo pelo qual não contam neste núcleo, muito embora tratem de questões étnicas e raciais.

Ainda que seja um número pouco expressivo, é preciso ressaltar este núcleo em razão de sua implicação política, epistemológica e social. Questões políticas estão vinculadas à força com que os movimentos negros têm criado formas de protagonismo e representatividade nas últimas décadas, não apenas fora, mas, fundamentalmente, dentro das universidades. No que concerne às razões epistemológicas, há movimentos e leituras decoloniais e pós-coloniais, que, entretanto, ainda não haviam entrado para as contagens no período analisado. Por fim, as razões sociais atreladas às duas anteriores apontam para a não manutenção dos espaços de violência que incidem cotidianamente na população negra, mas um deslocamento para produções que apontam as potências e resistências que tensionam o presente.

Dentre as discussões publicadas neste núcleo, há aquelas acerca da relação entre saúde mental e racismo contra negros (Damasceno & Zanello, 2018), desigualdades raciais (Santos & Scopinho, 2016), questões indígenas (Lemos & Galindo, 2013), construção da identidade negra (Ferreira & Camargo, 2011) e debate sobre o sistema de cotas (Ferreira & Mattos, 2007).

O núcleo Políticas públicas/Direitos compreendeu 40 artigos. Esse número é explicado tanto pelo fato de que as temáticas abordadas se distribuíram nos diversos campos das políticas, como educação, saúde, assistência e segurança, quanto por estarem presentes na discussão sobre formação e práticas profissionais.

É importante destacar que as políticas públicas se fortalecem, no Brasil, após a proclamação da Constituição Federal de 1988. Referem-se a um conjunto de estabelecimentos e ações governamentais que visam, por meio do trabalho com a população, operacionalizar acesso a saúde, educação, segurança e assistência social, cada qual vinculada a uma coordenação/secretaria responsável pela gestão das ações realizadas. Ademais, não são um campo imutável, e este é um fato de suma importância, visto que o processo de avaliação das políticas e a prática dos profissionais que atuam em seu âmbito possibilitarão que as ações sejam aperfeiçoadas, modificadas de acordo com as demandas locais, alteradas, repensadas, e não apenas seguidas como se houvesse um manual tecnicista.

Os artigos publicados neste núcleo apresentaram os mais diversos âmbitos de inserção do

psicólogo e da psicóloga enquanto atuação profissional e de pesquisa, como saúde na atenção básica (Boarini & Borges, 2009), serviços estratégicos na articulação da rede de atenção à saúde mental nos Centros de Atenção Psicossocial (Ballarin, Miranda & Fuentes, 2010) e problematização das questões de direitos humanos e cidadania (Rosato, 2005), além daqueles referentes a práticas profissionais transdisciplinares nos diversos campos de políticas públicas (Miron & Guareschi, 2017; Nepomuceno & Pontes, 2017).

No núcleo Encarceramento/Violência inserem-se os artigos que discutem sobre comunidades terapêuticas e o sistema prisional, além de processos de violência vinculados à segurança pública. É importante ressaltar que um número especial sobre Psicologia e Segurança Pública foi publicado na revista, em 2018, de modo que tais publicações não entram para a atual análise, referente ao período 2005–2018.

Estão publicados 17 neste núcleo, mas o índice seria maior caso os artigos relacionados a juventude e infrações tivessem como foco a análise do encarceramento. O núcleo compreende discussões sobre o cenário de violências que tem se perpetuado nas lógicas de encarceramento brasileiras, bem como a produção de uma dinâmica retributiva e vingativa na justiça criminal. Os textos apresentam análise interdisciplinar das políticas de segurança, com enfoque para o encarceramento em massa, problematizando a criminalização de grupos minoritários e a adoção de uma racionalidade punitiva em práticas governamentais no Brasil contemporâneo. Neste núcleo estão presentes análises sobre produção de morte (Almeida, 2017), relação entre as forças policiais e a população (Azevedo, 2017) e redução da maioria penal (Petry & Nascimento, 2016).

O núcleo Método/Ética contou com 20 artigos publicados. As questões mais atuais trazem imersões em metodologias como cartografia e território (Passos & Eirado, 2018; Bernardes, 2018; Andrade, 2018), metodologias vinculadas a urbanidades (Rink & Vasques-Menezes, 2018), métodos psicanalíticos de pesquisa (Silva & Macedo, 2016), pesquisa qualitativa e perspectivas metodológicas (Gatti, Witter, Gil, & Vitorino, 2013; Lampreia, 2009) e questões éticas em pesquisa (Alvarenga, Piccinini, Levandowski, Frizzo, Marin, & Villachan-Lyra, 2012).

Deve-se dizer que toda produção teórica da Psicologia, inicialmente, dava-se com uma perspectiva

positivista e mais estruturada em termos de metodologia científica, em razão de uma demanda do espaço científico para a legitimação dos conhecimentos produzidos. No entanto, outras formas de produzir conhecimento, especialmente pela constituição de outra concepção de sujeitos e produção de subjetividade, abriram-se para outras perspectivas teóricas e epistemológicas, apostando na não dissociação entre as instâncias ética-política e epistemológica na produção de conhecimento.

Por fim, destaca-se a presença de discussões emergentes diretamente vinculadas à problematização da relação cidade e subjetividade, produções de subjetividades e mobilidade urbana. Somados, esses núcleos correspondem a 19 das 866 publicações analisadas no período. As publicações tensionam as fronteiras entre as categorias público/privado (Sousa & Bechler, 2008) e a habitação humana na contemporaneidade (Vasconcelos, Próchno, & Silva, 2012). Outra relação discutida foram os efeitos da desigualdade social na subjetividade (Santos, Mota & Silva, 2013) e, ainda, a produção de subjetividade, comunidades e habitação dos territórios urbanos (Hüning, Guareschi, Reis & Azambuja, 2014; Pizzinato & Tedesco, 2018).

Considerações finais

Diante do levantamento e da análise realizados para a discussão neste trabalho, teve-se acesso à produção de conhecimento sobre os modos de vida na sociedade como efeito de grandes vetores, como globalização e tecnologias de informação e comunicação. A tendência das publicações permite visualizar não apenas as pluralidades/diversidades nas identidades culturais e sociais, mas apresentar o movimento da produção de conhecimento da Psicologia pela abertura, ampliação e criação de modos de vida.

Rupturas e descontinuidades nas tendências de publicação no período analisado da revista *Psicologia: Ciência e Profissão* estão relacionadas à indissociabilidade entre as implicações epistemológicas, sociais e políticas, uma vez que estas dão condições para compreender que a produção e publicação de conhecimento estão atreladas a todo um conjunto de demandas político-sociais feitas à Psicologia. Tais demandas são um dos elementos que permitem à Psicologia responder a urgências e criar, assim, novos campos/temáticas de inserção científica e atuação profissional.

Referências

- Almeida, N. D. V. (2017). Análise dos homicídios em Pernambuco e as contribuições da justiça restaurativa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 565-578. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n3/1982-3703-pcp-37-3-0565.pdf>
- Almeida, N. D. V., Lima, A. K. B., Albuquerque, C. M., & Antunes, L. (2005). As relações de gênero e as percepções dos/das motoristas no âmbito do sistema de trânsito. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(2), 172-185. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n2/v25n2a02.pdf>
- Almeida, V. P. (2006). Repercussões da violência na construção da identidade feminina da mulher presa: um estudo de caso. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(4), 604-619. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n4/v26n4a08.pdf>
- Alvarenga, P., Piccinini, C. A., Levandowski, D. C., Frizzo, G. B., Marin, A. H., & Villachan-Lyra, P. (2012). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(4), 856-871. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n4/v32n4a07.pdf>
- Alves, C. F., & Siqueira, A. C. (2013). Os direitos da criança e do adolescente na percepção de adolescentes dos contextos urbano e rural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(2), 460-473. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n2/v33n2a15.pdf>
- Andrade, A. F. (2018). Surdocegueira, cartografia e decolonialidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 595-610. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n3/1982-3703-pcp-38-3-0595.pdf>
- Azevedo, C. R. S., Amorim, T. R. S., & Alberto, M. F. P. (2017). Adolescência e ato infracional: violência institucional e subjetividade em foco. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 579-594. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n3/1982-3703-pcp-37-3-0579.pdf>
- Azevedo, E. F. (2017). A polícia e suas políticas: clientela, hierarquia, soldado e bandido. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 553-564. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n3/1982-3703-pcp-37-3-0553.pdf>
- Ballarin, M. L. G. S., Miranda, I. M. S., & Fuentes, A. C. R. C. (2010). Centro de Atenção Psicossocial: Panorama das Publicações de 1997 a 2008. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(4), 726-737. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n4/v30n4a05.pdf>
- Bastos, A. V. B., Moraes, J. H. M., Santos, M. V., & Faria, I. (2005). A imagem da psicologia organizacional e do trabalho entre estudantes de psicologia: o impacto de uma experiência acadêmica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(3), 352-369. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n3/v25n3a03.pdf>
- Bernardes, A. G. (2018). Pesquisar com o território: algumas apostas metodológicas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 291-300. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n2/1982-3703-pcp-38-2-0291.pdf>
- Boarini, M. L., & Borges, R. F. (2009). O psicólogo na atenção básica à saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(3), 602-613. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n3/v29n3a13.pdf>
- Bolsoni-Silva, A. T., Salina-Brandão, A., Versuti-Stoque, F. M., & Rosin-Pinola, A. R. (2008). Avaliação de um programa de intervenção de habilidades sociais educativas parentais: um estudo-piloto. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(1), 18-33. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n1/v28n1a03.pdf>
- Bremm, E. S., & Bisol, C. A. (2008). Sinalizando a adolescência: narrativas de adolescentes surdos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(2), 272-287. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n2/v28n2a05.pdf>
- Campos, R. H. F., & Bernardes, L. H. G. (2005). A revista *Psicologia: Ciência e Profissão*: um registro da história recente da Psicologia brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(4), 508-525. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932005000400002>
- Carvalho, S. M., & Perucchi, J. (2016). “Não converso com demente”: intersecções entre direito e saúde mental. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(3), 584-596. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n3/1982-3703-pcp-36-3-0584.pdf>
- Carvalho-Freitas, M. N., & Marques, A. L. (2009). Pessoas com deficiência e trabalho: percepção de gerentes e pós-graduandos em administração. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(2), 224-257. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n2/v29n2a04.pdf>
- Cheibub, W. B. Práticas disciplinares e usos de drogas: a gestão dos ilegalismos na cena contemporânea. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(26), 548-557. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n4/v26n4a03.pdf>
- Coimbra, J. C. (2014). Depoimento especial de crianças: um lugar entre proteção e responsabilização? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(2), 362-375. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n2/v34n2a08.pdf>
- Conte, M., Oliveira, C. S., Henn, R. C., & Wolff, M. P. (2007). Consumismo, uso de drogas e criminalidade: riscos e responsabilidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(1), 94-105. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n1/v27n1a08.pdf>

- Damasceno, M. G., & Zanello, V. M. L. (2018). Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 450-464. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n3/1982-3703-pcp-38-3-0450.pdf>
- Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. (2019). Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.
- Decotelli, K. M., Bohrer, L. C. T., & Bicalho, P. P. G. (2013). A droga da obediência: medicalização, infância e biopoder – notas sobre clínica e política. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(2), 446-459. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n2/v33n2a14.pdf>
- Dias, M. S. L., & Soares, D. H. P. (2007). Jovem, mostre sua cara: um estudo das possibilidades e limites da escolha profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(2), 316-331. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n2/v27n2a12.pdf>
- Engel, D., Ghazzi, M. S., & Silva, H. C. (2014). Acompanhamento terapêutico e a Relação Mãe-Bebê. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(4), 1045-1058. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n4/1982-3703-pcp-34-4-1045.pdf>
- Ferrazza, D. A. (2016). Psicologia e políticas públicas: desafios para superação de práticas normativas. *Rev. Polis e Psique*, 6(3), 36-58. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v6n3/n6a04.pdf>
- Ferreira, R. F., & Camargo, A. C. (2011). As relações cotidianas e a construção da idade negra. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 374-389. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n2/v31n2a13.pdf>
- Ferreira, R. F., & Mattos, R. M. (2007). O afro-brasileiro e o debate sobre o sistema de cotas: um enfoque psicossocial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(1), 46-63. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n1/v27n1a05.pdf>
- Formiga, N. S. (2005). Comprovando a hipótese do compromisso convencional: influência dos pares sionormativos sobre as condutas desviantes em jovens. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(4), 601-613. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n4/v25n4a09.pdf>
- Gatti, A. L., Witter, C., Gil, C. A., & Vitorino, S. S. (2015). Pesquisa qualitativa: grupo focal e intervenções psicológicas com idosos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(1), 20-39. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n1/1414-9893-pcp-35-01-00020.pdf>
- Gondim, S. M. G., & Borges-Andrade, J. E. (2009). Regulação emocional no trabalho: um estudo de caso após desastre aéreo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(3), 512-533. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n3/v29n3a07.pdf>
- Guedes, M. A. (2006). Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(4), 558-569. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n4/v26n4a04.pdf>
- Hüning, S. M., Guareschi, N. M. F., Reis, C., & Azambuja, M. A. (2014). Subjetividades, Globalização e Urbanização: Novos Objetos da Psicologia Social Brasileira nos Simpósios da ANPEPP. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(2), 460-473. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n2/v34n2a14.pdf>
- Jablonski, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2), 262-275. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a04.pdf>
- Lampreia, C. (2009). Perspectivas da pesquisa prospectiva com bebês irmãos de autistas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(1), 160-171. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a13.pdf>
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. (2006). Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lemos, F. C. S., & Galindo, D. C. G. (2013). Massacre e resistência Kaiowá e Guarani: psicologias nos traçados do intolerável. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 976-987. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n4/v33n4a15.pdf>

- Lopes, F. M., Peuker, A. C., & Bizarro, L. (2013). Aplicação de um programa de cessação do tabagismo com rodovários urbanos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(2), 490-499. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n2/v33n2a17.pdf>
- Luckow, H. I., & Cordeiro, A. F. M. (2017). Concepções de adolescência e educação na atuação de profissionais do CAPSi. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 393-403. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n2/1982-3703-pcp-37-2-0393.pdf>
- Maciel, S. C., Oliveira, R. C.C., & Melo, J. R.F. (2012). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 98-111. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n1/v32n1a08.pdf>
- Maia, A. A. R. M., & Mancebo, D. (2010). Juventude, trabalho e projeto de vida: ninguém pode ficar parado. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2), 376-389. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a12.pdf>
- Melo, E. M. O., Arruda, D. P., Alencar, H. F., & Colaço, V. F. R. (2010). O dito e o não dito na educação sexual: uma produção discursiva. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2), 346-361. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a10.pdf>
- Miron, A. X. & Guareschi, N. M. F. (2017). Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 349-362. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n2/1982-3703-pcp-37-2-0349.pdf>
- Moraes, R. C., & Castro-Silva, C. R. (2016). Sentidos e processos psicossociais envolvidos na inclusão pelo trabalho na saúde mental. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(3), 748-762. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n3/1982-3703-pcp-36-3-0748.pdf>
- Nepomuceno, L. B., & Pontes, R. J. S. (2017). O Espaço Socioprofissional da Estratégia Saúde da Família sob a Perspectiva de Psicólogos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 289-303. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n2/1982-3703-pcp-37-2-0289.pdf>
- Noronha, A. P. P., & Fernandes, D. C. (2007). Estresse Laboral e Raciocínio Inferencial: Um Estudo Correlacional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(4), 596-607. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a03.pdf>
- Nota Técnica n. 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS. (2019). Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Ministério da Saúde, Brasília-DF.
- Oliveira, S. V., & Próchno, C. C. S. C. (2010). A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(1), 62-84. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n1/v30n1a06.pdf>
- Passos, E., Eirado, A., Barros, L. M. R., & Sade, C. (2018). A entrevista cartográfica na investigação da experiência mnêmica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 275-290. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n2/1982-3703-pcp-38-2-0275.pdf>
- Pizzinato, A., Tedesco, P. C., & Cé, J. P. (2018). Comunidade porvir: emancipação social e configurações comunitárias em um ponto de cultura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 636-648. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n4/1982-3703-pcp-38-04-0636.pdf>
- Petry, H., & Nascimento, D. M. (2016). “Tá com dó? Leva pra casa!”: análise dos discursos favoráveis à redução da maioria penal em rede social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 426-438. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n2/1982-3703-pcp-36-2-0426.pdf>
- Pimentel, C. E. & Donnelly, E. D. O. P. (2008). A Relação da Preferência Musical Com os Cinco Grandes Fatores da Personalidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(4), 696-713. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n4/v28n4a04.pdf>
- Prazeres, P. S., & Miranda, P. S. C. (2005). Serviço substitutivo e hospital psiquiátrico: convivência e luta. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(2), 198-211. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n2/v25n2a04.pdf>
- Rabelo, I. V. M., & Torres, A. R. R. (2005). Trabalhadores em saúde mental: relações entre práticas profissionais e bem-estar físico e psicológico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(4), 614-625. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n4/v25n4a10.pdf>
- Resolução MEC nº 5, de 15 de março de 2011. (2011). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Brasília, DF: Ministério da Educação.
- Rink, A., & Vasques-Menezes, I. (2018). Estudo fotográfico da arte urbana: da aventura proibida ao engajamento político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 332-346. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n2/1982-3703-pcp-38-2-0332.pdf>

- Romanini, M., & Roso, A. (2012). Mídia e crack: promovendo saúde ou reforçando relações de dominação?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 82-97. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n1/v32n1a07.pdf>
- Rosato, C. M. (2005). A Psicologia no Provita: Trajetórias da Subjetividade e Cidadania. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(4), 636-655. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n4/v25n4a12.pdf>
- Sampaio, L. R. (2007). A Psicologia e a educação moral. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(4), 584-595. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a02.pdf>
- Santos, L. N., Mota, A. M. A., & Silva, M. V. de O. (2013). A dimensão subjetiva da subcidadania: considerações sobre a desigualdade social brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 700-715. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n3/v33n3a14.pdf>
- Santos, A. R., & Coimbra, J. C. (2017). O depoimento judicial de crianças e adolescentes entre apoio e inquirição. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 595-607. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n3/1982-3703-pcp-37-3-0595.pdf>
- Santos, E. F., & Scopinho, R. A. (2016). Desigualdades raciais, mérito e excelência acadêmica: representações sociais em disputa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 267-279. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n2/1982-3703-pcp-36-2-0267.pdf>
- Searanto, C. A. A., Biazevie, M. G. H., & Michel-Crosato, E. (2007). Percepção dos agentes comunitários de saúde sobre a violência doméstica contra a mulher. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(4), 694-705. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a10.pdf>
- Silva, C. L., & Leme, M. I. S. (2009). O papel do Diretor Escolar na Implantação de uma Cultura Educacional Inclusiva. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(3), 496-511. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n3/v29n3a06.pdf>
- Silva, J. O., & Ristum, M. (2010). A violência escolar no contexto de privação de liberdade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2), 232-247. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a02.pdf>
- Silva, C. M., & Macedo, M. M. K. (2016). O método psicanalítico de pesquisa e a potencialidade dos fatos clínicos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(3), 520-533. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n3/1982-3703-pcp-36-3-0520.pdf>
- Sousa, E. L. A., & Bechler, J. (2008). Labirintos na Cidade Contemporânea. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(2), 390-403. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n2/v28n2a13.pdf>
- Souza, B. P. (2006). Orientação à queixa escolar: considerando a dimensão social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(2), 312-319. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n2/v26n2a12.pdf>
- Souza Filho, M. L., Belo, R., & Gouveia, V. V. (2006). Testes Psicológicos: Análise da Produção Científica Brasileira no Período 2000-2004. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(3), 478-489. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n3/v26n3a11.pdf>
- Tubino, C. L., Pedruzzi-Reis, M. G., & Silva, R. N. (2009). De outras tecituras possíveis em psicologia do trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(3), 626-637. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n3/v29n3a15.pdf>
- Vasconcelos, B. R., Próchno, C. C. S. C., & Silva, L. C. A. (2012). Lofts: Habitações para além do contexto moderno. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(4), 1014-1027. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n4/v32n4a18.pdf>
- Vieira Filho, N. G. (2005). A clínica psicossocial e a atenção de cuidados religiosos ao sofrimento psíquico no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(2), 228-239. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n2/v25n2a06.pdf>
- Wendt, B., Dullius, L., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais sobre jovens em acolhimento institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 529-541. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n2/1982-3703-pcp-37-2-0529.pdf>
- Wickert, L. F. (2006). Desemprego e juventude: jovens em busca do primeiro emprego. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(2), 258-269. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n2/v26n2a08.pdf>
- Witter, G. P., & Guimarães, E. A. (2008). Percepções de adolescentes grávidas em relação a seus familiares e parceiros. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(3), 548-557. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n3/v28n3a09.pdf>
- Xavier, M. (2005). Religiosidade e problemas com álcool: um estudo de caso. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(1), 88-99. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n1/v25n1a08.pdf>
- Zambroni-de-Souza, P. C. (2006). Trabalho e transtornos mentais graves: breve histórico e questões contemporâneas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(1), 154-167. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n1/v26n1a14.pdf>

Neuza Maria de Fátima Guareschi

Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Educação pela University of Wisconsin. Mestre e Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS. Brasil.

E-mail: nmguares@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-5892-188X>

Giovana Barbieri Galeano

Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre e bacharel em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande – RS. Brasil.

E-mail: giovanagaleano@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5293-6439>

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Professor Associado do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, especialização em Psicologia Jurídica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestrado e doutorado em Psicologia pela UFRJ, Rio de Janeiro – RJ. Brasil.

E-mail: ppbicalho@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1986-4338>

Endereço para envio de correspondência:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Psicologia. Av. Ramiro Barcelos, nº 2600, Santana, CEP: 90035-003, Porto Alegre – RS. Brasil.

Recebido 07/05/2020

Aceito 16/06/2020

Received 05/07/2020

Approved 06/16/2020

Recibido 07/05/2020

Aceptado 16/06/2020

Como citar: Guareschi, N. M. F., Galeano, G. B., & Bicalho, P. P. G. 40 anos: O que a Psicologia Tem Produzido enquanto Ciência e Profissão?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-12.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003237742>

How to cite: Guareschi, N. M. F., Galeano, G. B., & Bicalho, P. P. G. 40 Years: What Has Psychology Been Producing as a Science and Profession?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-12.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003237742>

Cómo citar: Guareschi, N. M. F., Galeano, G. B., & Bicalho, P. P. G. 40 años: ¿Qué Ha Producido la Psicología como Ciencia y Profesión?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-12.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003237742>